## Nota para a Imprensa

26.7.2024





#### 1. Crédito ampliado ao setor não financeiro

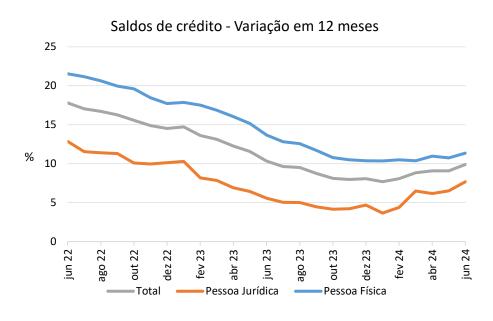
Em junho, o saldo do crédito ampliado ao setor não financeiro alcançou R\$17,4 trilhões (155,9% do PIB), aumentando 2,2% no mês, com expansões nos saldos de empréstimos externos (5,0%), de títulos públicos de dívida (1,7%) e de empréstimos do SFN (1,1%). Na comparação interanual, o crédito ampliado cresceu 13,6%, destacando-se elevações dos mesmos componentes de 16,6%, 12,8% e 9,5%, respectivamente.

O crédito ampliado a empresas atingiu R\$6,0 trilhões (54,1% do PIB), aumentando 3,3% no mês, com elevações nos empréstimos externos (4,9%) e do SFN (2,7%) e nos títulos de dívida (2,4%). Em relação a junho de 2023, a expansão de 14,6% refletiu aumentos de 24,3% em títulos de dívida, de 16,4% nos empréstimos externos e de 6,4% nos empréstimos do SFN.

O crédito ampliado às famílias situou-se em R\$4,0 trilhões (35,5% do PIB), com aumentos de 0,6% no mês e de 11,5% em doze meses, em função do incremento nos empréstimos do SFN.

#### 2. Operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN)

O estoque total de crédito do SFN cresceu 1,2% no mês, alcançando R\$6,0 trilhões em junho, com aumentos de 2,2% no estoque de crédito às empresas e de 0,6% no destinado às famílias, que alcançaram R\$2,3 trilhões e R\$3,7 trilhões, respectivamente. Comparativamente ao mesmo período do ano anterior, o estoque total de crédito do SFN acelerou em junho, com incremento de 9,9% ante 9,1% no mês anterior. Por segmento, o crédito às pessoas jurídicas e às pessoas físicas também registraram maior ritmo de crescimento, com altas de 7,7% ante 6,5% e de 11,4% ante 10,7%, na mesma ordem.



O estoque de crédito com recursos livres aumentou 1,5% no mês e 7,8% em doze meses, totalizando R\$3,5 trilhões em junho. crédito livre às pessoas jurídicas, o estoque somou R\$1,5 trilhão, com altas de 2,9% no mês e de 5,5% em doze meses. Contribuíram para esse desempenho as expansões das carteiras de desconto de duplicatas e (16,4%. outros recebíveis influenciada por fatores sazonais), financiamento a

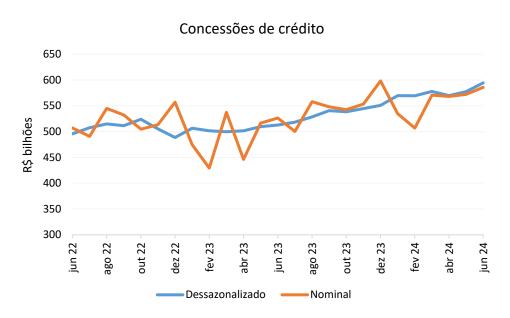
exportações (5,3%) e adiantamentos de contratos de câmbio – ACC (2,4%).

O crédito livre às pessoas físicas variou 0,5% no mês e 9,5% comparativamente a junho do ano anterior, atingindo R\$2,0 trilhões. Destacaram-se as modalidades de financiamento para a aquisição de veículos



(1,8%), crédito pessoal consignado para beneficiários do INSS (1,3%) e crédito pessoal para trabalhadores do setor público (0,6%).

O estoque de crédito direcionado alcançou R\$2,5 trilhões em junho, com incremento de 0,8% no mês e de 13,0% em doze meses. Por segmento, o crédito direcionado às pessoas jurídicas cresceu 1,1% no mês e 11,8% em doze meses, totalizando R\$834,3 bilhões. O crédito direcionado às pessoas físicas somou R\$1,7 trilhão, com altas de 0,7% no mês e de 13,7% comparativamente ao mesmo período do ano anterior, com destaque para as operações de financiamento imobiliários com taxas reguladas, cuja carteira encontra-se próxima de R\$1 trilhão.



As concessões de crédito do SFN somaram R\$585,9 bilhões em junho. Nas séries com ajuste sazonal, concessões totais avançaram 3,0% no mês, com crescimento de 5,3% no crédito às empresas e diminuição de 1,0% às famílias. No acumulado em doze meses até junho, as concessões avançaram 9,3%, comparativamente aos doze meses anteriores, sendo 7,3% nas operações com empresas e 11,0% nas

com famílias. As concessões médias diárias em junho cresceram 7,5%, com incremento de 17,8% nas operações com pessoas jurídicas e recuo de 0,3% nas com pessoas físicas, ressaltando-se a ocorrência de um dia útil a menos em junho do que em maio.

A taxa média de juros das concessões alcançou 27,6% a.a. em junho, com recuos de 0,2 p.p. no mês e de 3,8 p.p. em doze meses. Por segmento, houve incremento de 0,4 p.p. nas operações com empresas e recuo de 0,4 p.p. nas pactuadas com famílias, situando-se, respectivamente, em 18,5% a.a. e 32,0% a.a. Comparativamente ao mesmo período do ano anterior, as taxas para ambos os segmentos recuaram em 1,4 p.p. e 5,3 p.p., na mesma ordem. O spread bancário em junho situou-se em 18,3 p.p., com redução de 0,6 p.p. no mês e de 3,4 p.p. em doze meses.

No crédito livre, a taxa média de juros situou-se em 39,6% a.a. em junho, com decréscimos de 0,3 p.p. no mês e de 4,6 p.p. em doze meses. Nas operações com empresas, a taxa média variou 0,3 p.p. no mês e -1,9 p.p. em doze meses, alcançando 20,9% a.a. No mês, prevaleceu o efeito das variações nas taxas médias das modalidades (efeito taxa), com destaque para o aumento da taxa média de capital de giro com prazo superior a 365 dias (1,7 p.p.).



No crédito livre às famílias, a taxa média de juros atingiu 51,7% a.a., redução de 0,7 p.p. no mês e de 7,4 p.p. comparativamente a junho de 2023. Esse desempenho foi influenciado, principalmente, pelas variações nas taxas das modalidades (efeito taxa), com destaque para os recuos nas operações de crédito pessoal não consignado (-6,0 p.p.) e cartão de crédito parcelado (-5,4 p.p.).

#### Crédito com Recursos Livres

	Taxas méd	Taxas médias de juros (% a.a.)		Variações mensais (p.p.)		
	mai/24	jun/24	Efeito Taxa	Efeito Saldo	Total	
Pessoa Física	52,4	51,7	-0,6	-0,1	-0,7	
Pessoa Jurídica	20,6	20,9	0,5	-0,2	0,3	
Total	39,9	39,6	-0,2	-0,1	-0,3	

O Indicador de Custo do Crédito (ICC), que mede o custo médio de todo o crédito do SFN, alcançou 21,8% a.a., com estabilidade no mês e recuo de 0,7 p.p. em 12 meses.

A inadimplência do crédito do SFN diminuiu 0,1 p.p. no mês e 0,3 p.p. em doze meses, situando-se em 3,2% em junho. Por segmento, a inadimplência da carteira de pessoas jurídicas e de pessoas físicas se mantiveram estáveis no mês, em 2,6% e 3,7%, respectivamente. Em doze meses, a inadimplência variou 0,1 p.p. nas operações pactuadas com empresas e recuou 0,5 p.p. nas com as famílias.

No crédito livre, a inadimplência alcançou 4,6%, com avanço de 0,1 p.p. no mês e redução de 0,3 p.p. na comparação com o mesmo período do ano anterior. Na carteira de crédito livre com pessoas jurídicas, a inadimplência alcançou 3,3%, com altas de 0,1 p.p. no mês e de 0,3 p.p. em doze meses. Na carteira de crédito livre às famílias, a inadimplência permaneceu estável no mês e recuou 0,8 p.p. em doze meses.

O endividamento das famílias situou-se em 47,5% em <u>maio</u>, com diminuições de 0,2 p.p. no mês e de 1,4 p.p. em doze meses. O comprometimento de renda atingiu 25,7% em <u>maio</u>, significando retrações de 0,4 p.p. no mês e de 2,2 p.p. em doze meses.

#### 3. Agregados monetários

A base monetária somou R\$436,9 bilhões no mês de junho, crescimento de 0,1% no mês e de 8,4% em doze meses. No mesmo período, o volume de papel-moeda em circulação subiu 1,8%, enquanto as reservas bancárias recuaram 6,1%.

Entre os fluxos mensais dos fatores condicionantes da base monetária, apresentaram expansão as operações do Tesouro Nacional (R\$50,9 bilhões) e as com derivativos (R\$28,6 bilhões). Impactaram no sentido contracionista as operações com títulos públicos federais (R\$46,4 bilhões, resultado de colocações líquidas no mercado primário de R\$57,3 bilhões e compras líquidas no mercado secundário de R\$10,9 bilhões) e os depósitos de instituições financeiras (R\$13,4 bilhões, influenciados pelo recolhimento de recursos de caderneta de poupança, -R\$1,7 bilhão; de depósitos a prazo, -R\$6,4 bilhões e de depósitos



voluntários a prazo, -R\$7,1 bilhões; e também pela liberação de recursos de depósitos de garantias em espécie vinculadas a Linhas Financeiras de Liquidez – LFL, +R\$1,6 bilhão).

Os meios de pagamento restritos (M1) atingiram R\$668,3 bilhões, aumento de 2,1% no mês, em decorrência do crescimento do papel-moeda em poder do público (1,1%) e dos depósitos à vista (2,9%). Considerando-se dados dessazonalizados, o M1 recuou 1,1% em junho.

O M2 avançou 2,3% no mês, com saldo total de R\$6,2 trilhões, refletindo o crescimento de 3,0% no saldo dos depósitos a prazo, que totalizou R\$3,0 trilhões. No período, o saldo dos depósitos de poupança cresceu 1,8%, após registrar captações líquidas de R\$12,8 bilhões. O M3 aumentou 1,0% em junho, totalizando R\$11,5 trilhões, influenciado essencialmente pelo aumento no M2. O M4 avançou 1,3% no mês, totalizando R\$12,7 trilhões. Em 12 meses a variação foi de 13,1%.

#### 4. Estatísticas de títulos

O Banco Central do Brasil (BCB) passou a divulgar, em 2022, as estatísticas de títulos de dívida, seguindo o padrão metodológico internacional definido no <u>Handbook on Securities Statistics</u> (HSS, 2015). Estas estatísticas alinham-se a iniciativas internacionais de produção e disseminação de dados – tais como a <u>Data Gaps Initiative</u>, do G20, e o <u>Special Data Dissemination Standard Plus</u> (SDDS Plus), do Fundo Monetário Internacional (FMI) –, ampliam as informações disponíveis sobre o mercado de títulos e contribuem para uma visão mais completa sobre os instrumentos de captação de recursos no Brasil. A metodologia padronizada favorece a comparabilidade internacional e o alinhamento às melhores práticas de compilação estatística.

Inicialmente, o BCB publicou dois grupos de estatísticas: o primeiro de acordo com a visão dos títulos por setor emissor e o segundo, por setor detentor. A partir de julho de 2024, acrescentou-se um terceiro grupo integrando essas duas visões: por emissor e por detentor.

Essas séries podem ser encontradas tanto na página "<u>Estatísticas de Títulos de Dívida – Por emissor e por detentor</u>" quanto no Sistema Gerenciador de Séries Temporais (<u>SGS</u>) > Mercados financeiros e de capitais > Estatísticas de títulos > Por emissor e detentor. No SGS, as séries estão registradas sob os seguintes códigos:

Código	Nome
29233	Títulos detidos por Residentes e Não Residentes - Emitidos por Residentes Total
29234	Títulos detidos por Residentes e Não Residentes - Emitidos por Residentes Sociedades Não Financeiras
29235	Títulos detidos por Residentes e Não Residentes - Emitidos por Residentes Sociedades Financeiras
29236	Títulos detidos por Residentes e Não Residentes - Emitidos por Residentes Governo Geral
29237	Títulos detidos por Residentes e Não Residentes - Emitidos por Residentes Famílias e ISFL
29443	Títulos detidos por Residentes Total - Emitidos por Residentes e Não residentes
29444	Títulos detidos por Residentes Total - Emitidos por Residentes Total
29445	Títulos detidos por Residentes Total - Emitidos por Residentes Sociedades Não Financeiras
29446	Títulos detidos por Residentes Total - Emitidos por Residentes Sociedades Financeiras
29447	Títulos detidos por Residentes Total - Emitidos por Residentes Governo Geral
29448	Títulos detidos por Residentes Total - Emitidos por Residentes Famílias e ISFL



Código	Nome
29449	Títulos detidos por Residentes Total - Emitidos por Não residentes
29450	Títulos detidos por Residentes Sociedades Não Financeiras - Emitidos por Residentes e Não residentes
29451	Títulos detidos por Residentes Sociedades Não Financeiras - Emitidos por Residentes Total
29452	Títulos detidos por Residentes Sociedades Não Financeiras - Emitidos por Residentes Sociedades Não Financeiras
29453	Títulos detidos por Residentes Sociedades Não Financeiras - Emitidos por Residentes Sociedades Financeiras
29454	Títulos detidos por Residentes Sociedades Não Financeiras - Emitidos por Residentes Governo Geral
29455	Títulos detidos por Residentes Sociedades Não Financeiras - Emitidos por Residentes Famílias e ISFL
29456	Títulos detidos por Residentes Sociedades Não Financeiras - Emitidos por Não residentes
29457	Títulos detidos por Residentes Sociedades Financeiras - Emitidos por Residentes e Não residentes
29458	Títulos detidos por Residentes Sociedades Financeiras - Emitidos por Residentes Total
29459	Títulos detidos por Residentes Sociedades Financeiras - Emitidos por Residentes Sociedades Não Financeiras
29460	Títulos detidos por Residentes Sociedades Financeiras - Emitidos por Residentes Sociedades Financeiras
29461	Títulos detidos por Residentes Sociedades Financeiras - Emitidos por Residentes Governo Geral
29462	Títulos detidos por Residentes Sociedades Financeiras - Emitidos por Residentes Famílias e ISFL
29463	Títulos detidos por Residentes Sociedades Financeiras - Emitidos por Não residentes
29464	Títulos detidos por Residentes Governo Geral - Emitidos por Residentes e Não residentes
29465	Títulos detidos por Residentes Governo Geral - Emitidos por Residentes Total
29466	Títulos detidos por Residentes Governo Geral - Emitidos por Residentes Sociedades Não Financeiras
29467	Títulos detidos por Residentes Governo Geral - Emitidos por Residentes Sociedades Financeiras
29468	Títulos detidos por Residentes Governo Geral - Emitidos por Residentes Governo Geral
29469	Títulos detidos por Residentes Governo Geral - Emitidos por Residentes Famílias e ISFL
29470	Títulos detidos por Residentes Governo Geral - Emitidos por Não residentes
29471	Títulos detidos por Residentes Famílias e ISFL - Emitidos por Residentes e Não residentes
29472	Títulos detidos por Residentes Famílias e ISFL - Emitidos por Residentes Total
29473	Títulos detidos por Residentes Famílias e ISFL - Emitidos por Residentes Sociedades Não Financeiras
29474	Títulos detidos por Residentes Famílias e ISFL - Emitidos por Residentes Sociedades Financeiras
29475	Títulos detidos por Residentes Famílias e ISFL - Emitidos por Residentes Governo Geral
29476	Títulos detidos por Residentes Famílias e ISFL - Emitidos por Residentes Famílias e ISFL
29477	Títulos detidos por Residentes Famílias e ISFL - Emitidos por Não residentes
29478	Títulos detidos por Não Residentes - Emitidos por Residentes Total
29479	Títulos detidos por Não Residentes - Emitidos por Residentes Sociedades Não Financeiras
29480	Títulos detidos por Não Residentes - Emitidos por Residentes Sociedades Financeiras
29481	Títulos detidos por Não Residentes - Emitidos por Residentes Governo Geral
29482	Títulos detidos por Não Residentes - Emitidos por Residentes Famílias e ISFL

#### 5. Limitação do montante de juros e encargos financeiros em cartões de crédito

A <u>Lei nº 14.690</u>, de 3 de outubro de 2023, determinou que, no crédito rotativo e no parcelamento do saldo devedor das faturas de cartões de crédito e de outros instrumentos de pagamento pós-pagos, o montante total cobrado a título de juros e encargos financeiros não poderá exceder o valor original da dívida. Essa medida entrou em vigor em 3 de janeiro de 2024 e, como não afeta a taxa de juros pactuada no momento da concessão do crédito, não houve impacto na metodologia de apuração estatística das taxas de juros apresentadas nesta Nota para a Imprensa.

Visando contribuir para o acompanhamento dos efeitos dessa legislação, o Banco Central passou a divulgar em página específica na internet os percentuais acumulados dos montantes de juros e encargos



nas operações de cartão rotativo e parcelado a partir da entrada em vigor da lei. Esses dados mostram a distribuição de frequência da proporção dos montantes de juros e encargos financeiros cobrados pelas instituições financeiras em relação ao valor original da dívida e estão disponíveis no site do Banco Central, no endereço <a href="www.bcb.gov.br/estatisticas/juros-cartao-de-credito">www.bcb.gov.br/estatisticas/juros-cartao-de-credito</a> ou através do caminho Estatísticas > Taxas de Juros > Juros acumulados no cartão de crédito.

				Percentil 75	Percentil 99
BANCO BMG S.A.	mar/24	7,25	12,45	18,10	29,31
	abr/24	8,68	13,98	21,24	40,05
	mai/24	8,70	14,02	23,15	53,39
	jun/24	9,03	17,36	26,04	57,90
BANCO BRADESCARD	mar/24	2,77	5,98	13,41	28,84
	abr/24	3,07	5,88	15,25	34,20
	mai/24	3,33	7,31	16,20	35,44
BANCO BRADESCO S.A.	jun/24	3,39	7,56	17,16	44,36 30,10
BANCO BRADESCO S.A.	mar/24 abr/24	5,83 5,28	10,23 12,13	14,18 15,92	35,47
	mai/24	7,03	16,92	21,71	42,45
	jun/24	8,80	18,41	27,95	50,77
BANCO BV S.A.	mar/24	4,22	8,17	16,21	44,12
BANGO BY C.A.	abr/24	4,19	8,67	18,22	46,62
	mai/24	4,22	10,11	21,49	52,85
	jun/24	4,32	10,85	23,71	57,29
BANCO C6 S.A.	mar/24	2,87	4,82	9,75	53,97
	abr/24	3,39	5,56	10,32	40,30
	mai/24	3,39	5,78	11,27	41,07
	jun/24	3,59	5,98	11,51	41,18
BANCO CSF S.A.	mar/24	4,61	7,78	15,22	28,24
	abr/24	4,24	7,78	16,03	37,77
	mai/24	4,73	9,19	19,63	48,33
	jun/24	4,67	9,07	19,73	53,44
BANCO PAN	mar/24	1,40	5,40	17,57	29,26
	abr/24	0,55	4,09	15,49	40,53
	mai/24	1,36	6,80	20,06	50,62
	jun/24	0,68	5,46	20,64	54,46
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.		4,83	10,27	17,56	40,86
	abr/24	5,45	12,76	19,49	40,49
	mai/24	6,01	13,44	19,20	42,16
DOO DO DDAOIL O A	jun/24	6,29	14,20	20,80	49,00
BCO DO BRASIL S.A.	mar/24	2,75	3,10	9,05	30,69
	abr/24	2,67	5,39	12,07	23,73
	mai/24	1,35	3,03	12,06	22,23
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	jun/24 mar/24	1,36	3,45 6,62	13,43 11,85	26,68 26,03
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	abr/24	3,78 4,88	6,98	11,03	18,35
	mai/24	5,01	7,69	12,44	31,56
	jun/24	4,49	6,89	12,44	32,59
ITAÚ UNIBANCO S.A.	mar/24	4,74	9,09	16,50	37,51
	abr/24	4,29	8,88	17,23	48,43
	mai/24	4,91	10,06	19,15	56,27
	jun/24	4,56	10,59	20,68	64,70
LUIZACRED S.A. SCFI	mar/24	4,89	9,26	17,92	37,69
	abr/24	4,68	9,75	18,95	49,02
	mai/24	5,43	11,45	20,04	58,70
	jun/24	4,97	10,97	20,59	66,85
NU FINANCEIRA S.A. CFI	mar/24	3,99	10,33	19,10	40,53
	abr/24	4,06	12,72	22,94	62,57
	mai/24	4,67	11,75	20,30	55,82
	jun/24	4,06	11,74	21,57	61,86
PORTOSEG S.A. CFI	mar/24	4,65	9,37	17,29	43,59
	abr/24	4,62	9,02	18,49	65,15
	mai/24	5,15	11,35	20,14	60,57
	jun/24	5,23	11,98	22,20	63,60
REALIZE CFI S.A.	mar/24	3,18	6,07	12,29	29,05
	abr/24	3,29	6,09	13,27	46,84
	mai/24	2,58	5,36	11,32	50,34
	jun/24	2,40	4,91	10,36	61,46